

HISTÓRIA E LITERATURA: POSSIBILIDADES DE PENSAR A CONSTRUÇÃO DO FEMININO EM “MADAME BOVARY” DE GUSTAVE FLAUBERT

Prof. Ms. Tiago Silva,
Prof. Dra. Magna Lima Magalhães,
Prof. Dr. Daniel Conte¹

Resumo: O estudo apresenta algumas reflexões sobre as alterações ocorridas no papel da mulher ao longo do século XIX, bem como sobre as representações constituídas sobre o feminino a partir de um processo moralizador burguês figurado na obra **Madame Bovary**, de Gustave Flaubert. Pretende-se refletir acerca das práticas construídas pelas mulheres para burlar e transgredir um modelo universal de conduta e comportamento social estabelecido na sociedade. Para tanto, busca-se na obra literária, produzida no contexto do referido século, as representações construídas desde/sobre a mulher e seu papel social. Através da relação entre História e Literatura, analisa-se o comportamento regular, bem como as transgressões presentes na obra. **Palavras-chave:** Mulheres. História. Literatura. Representações.

Resumen: El estudio presenta algunas reflexiones sobre las alteraciones ocurridas en el papel de la mujer a lo largo del siglo XIX, bien como sobre las representaciones constituídas en relación a lo femenino desde un proceso moralizador burgués representado en la obra **Madame Bovary**, de Gustave Flaubert. Se pretende reflexionar acerca de las prácticas construidas por las mujeres, afín de burlar y transgredir el modelo universal de conducta y comportamiento social establecido en la sociedad. Para tanto, se busca en la ficción, producida en el contexto de dicho siglo, las figuraciones edificadas desde/sobre la mujer y su papel social. A través de la relación entre História y Literatura, se analiza el comportamiento regular, bien como las transgresiones presentes en la obra.

Palabras Clave: Mulheres. Historia. Literatura. Representaciones.

Abstract: The study introduces some reflections on the alterations in the role of women throughout the nineteenth century, as well as the representations made on the feminine from a bourgeois moralizing process figured in the work of *Madame Bovary*, of Gustave Flaubert. It is intended to reflect on the practices built by women to cheat and violate a universal model of conduct and social behavior established in society. To this end, it is sought on the literary work, produced in the context of that century, the built representations since and about women and their social role. Through the relationship between History and Literature, the regular behavior and transgressions of the work are analyzed.

Keywords: Women. History. Literature. Representations.

¹ **Prof. Ms. Tiago Silva:** Mestre em Processos e Manifestações Culturais pela Universidade Feevale. Graduado em História pela mesma Universidade. Acadêmico de Direção Teatral pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Bolsista de Pesquisa em Dramaturgia Contemporânea e Escrita Dramatúrgica pelo Departamento de Arte Dramática da UFRGS. Professor de História e Teatro. **Prof. Dra. Magna Lima Magalhães:** Graduada e Doutora em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Docente do Curso de História da Universidade Feevale (RS/Brasil). e do Programa em Processos e Manifestações Culturais /Feevale. Líder do grupo de pesquisa Cultura e Memória da Comunidade da Universidade Feevale. **Prof. Dr. Daniel Conte:** Graduado em Letras Português/Espanhol pela Universidade do Rio Grande do Sul e Dr em Literatura Brasileira e Luso-africana, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Docente do Programa em Processos e Manifestações Culturais da Universidade Feevale. Tutor PET/Interdisciplinar-MEC/FNDE. Docente do Curso de Letras da Universidade Feevale.

Introdução

Se um sujeito da França oitocentista tivesse lido somente a primeira parte de **Madame Bovary**, de Gustave Flaubert, muito possivelmente a obra não teria lhe causado tanto espanto. Isso porque a imagem de Ema, ainda, nesse ponto, apresenta-se incorrompida pela ordem social. Bastante diversa daquela que se desenhará nas páginas seguintes. No início da obra, encontramos uma moça reclusa, religiosa que, após sair do convento que ficara por muitos anos, ajuda o pai diariamente nos afazeres de sua fazenda. A imagem da mulher pura, mais do que uma herança de cunho medieval para a modernidade, tornou-se símbolo da ideia de abnegação feminina no século XIX, sendo que para ser uma boa esposa e uma boa mãe (papel feminino idealizado) necessitava-se ter uma boa convivência com a religião, com os pais e nenhum contato sexual pré-casamento, a fim de cumprir seu papel posterior na sociedade. Quando a obra de Flaubert surgiu no cenário burguês da França oitocentista, rapidamente elencaram-se críticas insípidas em relação a ela, sobretudo no âmbito do campo simbólico burguês. Os círculos burgueses do século XIX escandalizaram-se com a figura feminina central representada, uma mulher com predicados subversivos ao padrão imposto, transgressora do comportamento regular de então e que ainda suscitava uma aura heroica, ao largo da diegese, teve de conviver com o escândalo proveniente da publicação em que pese ser este fato a alavanca principal para sua fama como escritor. Todavia, o indiscreto desprezo pelos padrões burgueses figurados na obra, atacando os valores da sociedade em evidência naquele período histórico, fez com que a obra fosse considerada, por muitos segmentos sociais, incluindo a Igreja e o Estado, um verdadeiro ultraje à moral pública e à religião. Considerando os temas centrais da obra (adultério, hipocrisia social, apego desregrado a bens materiais, transgressões femininas, entre outros), não é de se espantar que o romance causasse debates acalorados no contexto da França oitocentista, uma vez que a obra rompia um silenciamento histórico, elevando a figuração da mulher a uma significativa funcionalidade, ironizando a idealização pautada no Romantismo – estética que antecedeu o Realismo.

Entretanto, visto que o cerne da narrativa concentra-se na personagem-título, Ema Bovary, pode-se constatar que as representações existentes no livro sobre o papel da mulher na sociedade francesa do século XIX causaram um impacto imediato neste espaço, uma vez

que o romance mostrava aos leitores outra mulher: aquela que transgredia os modelos ideais impostos, sombra, ainda, da estética romântica. Neste sentido, percebe-se que a construção do feminino na França oitocentista articulou-se de forma idealizada, pautando-se em um modelo universal de conduta e comportamento, inserindo a mulher em um papel específico, condicionado de acordo com a organização política e social da época, articulando este papel aos demais atores sociais envolvidos na teia de significados do mundo burguês. É diante de um processo moralizador que esta construção se pautará, partindo de uma perspectiva burguesa de sociedade.

A história de Ema Bovary, uma mulher adúltera que lê romances incitadores do desejo por uma vida romântica cheia de prazeres, ardores e perigos, com um desfecho trágico de suicídio, critica a representação de mundo idealizada pela burguesia, através, sobretudo, do lugar da mulher neste universo simbólico. A constituição da narrativa, que provocou ultrajes naqueles que condenaram a obra, uma vez que as mulheres desviantes eram (ou deveriam) ser punidas por esta conduta insurgente. Mesmo com os percalços inimagináveis pelo caminho, a obra não foi censurada em absoluto, embora alguns capítulos mais explícitos tenham sido cortados, o que representa mais uma consideração importante no recebimento da obra pelos círculos sociais e literários do contexto histórico oitocentista.

Pelo deflagrado contexto, o presente artigo estabelece um diálogo entre a Literatura e a História, no intuito de compreender a ideia do feminino na sociedade francesa do século XIX, bem como a construção referente a ela, através das figurações e práticas inerentes às mulheres do contexto em questão. Neste sentido, analisa as práticas moralizadoras, e também os desvios no cenário francês, permitindo, desse modo, uma compreensão histórica mais ampla das divisões de gênero presentes na malha discursiva da ficção.

História e Literatura: diálogos possíveis

Outrora inexorável, a historiografia, sobretudo a produzida no final do século XX, passou a validar novas formas de abordagem em relação ao estudo de seus objetos. Com a abertura de novos problemas e a inserção de atores sociais até então desprezados pela historiografia tradicional, a pesquisa histórica redescobriu seu campo de trabalho através da

complexidade inerente aos processos históricos, revogando os estudos a possibilidades diversas. É, sobretudo, com o advento da Nova História Cultural, que as práticas, os discursos e as representações de mundo dos indivíduos irão ser contempladas com mais ênfase na reconstituição do passado. Essa historiografia pode ser vista como um ajuste simbólico da realidade em que o homem está inserido, observando no seu campo específico formulações explicativas que contribuam para o entendimento dos múltiplos significados desta realidade.

Para Lynn Hunt (1992), a ênfase na História Cultural, tem sua principal incidência no estudo minucioso de textos, imagens e ações, resultando na abertura de espírito diante do que será revelado por estes exames. Para a autora, quanto mais se tornarem culturais os estudos históricos, maior será a amplitude daquilo que o passado pode revelar sobre a condição humana e sobre os grupos analisados. Coaduna com essa ordem Peter Burke (2004) que observa que a História Cultural implica a redefinição do próprio conceito de cultura, estruturada em uma gama diversa de sentidos e atribuições que se constituem de acordo com cada apropriação do termo, ou seja, através da problemática criada em torno do objeto de estudo. Fica evidente nas considerações acerca da História Cultural, que os historiadores dedicados ao estudo da cultura, estabelecem novas formas de explicação para a História, possibilitando olhá-la por outros parâmetros que não o político-tradicional ou o econômico. A análise das nuances culturais das sociedades humanas, que começa a ganhar força na historiografia a partir da década de 1970, traz consigo aspectos e conceitos-chave fundamentais que dão aos historiadores, a partir desta época, subsídios para pensar a vida social e cotidiana com maior profundidade.

A perspectiva da Nova História Cultural criará, ou no mínimo fomentará com maior intensidade, a interdisciplinaridade na área dos estudos históricos. Outras disciplinas científicas da área humana, tais como a Antropologia, a Sociologia, a Linguística, etc., bem como a área das artes, como o Cinema, o Teatro e as Artes Visuais estabelecerão diálogos constantes com a História no sentido de compreender com maior sofisticação o mundo como um todo partilhante. O trabalho com a cultura no campo da História Cultural, pressupõe o estabelecimento de uma narrativa que pode relatar o que aconteceu um dia, mas que este fato pode ser objeto de múltiplas versões (PESAVENTO, 2003). Nesse caso, seria correto afirmar que a História concretiza regimes de verdade, e não certezas absolutas

como conclusões fechadas. Pensando a partir das premissas e dos conceitos básicos que a História Cultural nos apresenta, importa-nos atentarmos aos conceitos de *representação*, *imaginário* e *narrativa*, bem como à relação tácita entre História e Literatura, a fim de elencar algumas considerações pertinentes ao estudo dos discursos sobre a mulher na França oitocentista e na análise de suas representações na obra **Madame Bovary**, de Gustave Flaubert.

Precisamos, para tanto, problematizar a relação entre História e Literatura, pois sendo o tema controverso e carregado de impressões diversas, faz-se necessária a análise do diálogo proposto neste estudo. Hoje, o cruzamento entre a História (como estatuto de verdade) e ficção, atinge um estatuto bastante significativo no trabalho historiográfico, tanto nas questões que envolvem a linguagem, quanto na simbiose dos grupos humanos. Na busca pela apreensão relacional entre História e Literatura, defrontamo-nos com características peculiares de cada área, que consistem na especificidade de seu campo temático. Roger Chartier (1999) nos confere subsídios para pensar a complexa relação entre o campo literário e o campo histórico em que a relação

entre História e Literatura pode ser entendida de duas maneiras. A primeira enfatiza o requisito de uma aproximação plenamente histórica dos textos [...] Devemos romper com a atitude espontânea que supõe que todos os textos, todas as obras, todos os gêneros foram compostos, publicados, lidos e recebidos segundo os critérios que caracterizam nossa própria relação com o escrito. Trata-se, portanto, de identificar histórica e morfologicamente as diferentes modalidades da inscrição e da transmissão dos discursos [...] Mas há uma segunda maneira talvez mais inesperada de considerar a relação entre História e Literatura. Procede ao contrário, isto é, descobre em alguns textos literários uma representação aguda e original dos próprios mecanismos que regem a produção e transmissão do mistério estético. (CHARTIER, 1995, p. 197)

Nota-se que a História e a Literatura, correlacionadas, fundando-se nas premissas de transmissão do conhecimento e recepção de suas análises, estabelecem discursos e representações inerentes ao mundo passado e presente. Ao analisar a sistemática que projeta a vida coletiva pretérita de uma determinada sociedade, a História poderá encontrar nos textos literários uma excelente fonte para a reconstrução deste passado. Sobretudo, porque a Literatura será "um discurso privilegiado de acesso ao imaginário das diferentes épocas". (PESAVENTO, 2003, p. 3). Neste caminho, podemos elencar o conceito de

imaginário como fundamental nesta relação entre o contexto histórico propriamente dito e os textos literários provenientes deste cenário, uma vez que é através dos referentes imaginários de uma dada sociedade que o fazer literário poderá se constituir. De acordo com Baczko (1985), o termo imaginário "[...] funciona como elemento importante de um dispositivo simbólico, através do qual um certo movimento de massas procura dar-se a si próprio identidade e coerência, permitindo reconhecer e designar as suas recusas bem como as suas expectativas[...]". (BACZKO, 1985, p. 296). Desta forma, o imaginário social é constituído da fusão de identidades e representações de si, do outro e do próprio mundo no qual o indivíduo está inserido, criando e produzindo, assim, significados e efeitos de sentidos para a vida coletiva. Essa composição simbólica comporta crenças, mitos, ideologias, conceitos e valores referentes ao estatuto de verdade de uma dada sociedade e de seus discursos fundantes, representando-a. Deste modo, a Literatura representa por meio de suas narrativas ficcionais a teia simbólica do imaginário social referente ao período no que a obra está relacionada, manifestando a particularidade dos agentes sociais, cujas características implícitas do período aparecem com maior ou menor evidência. A materialidade desses agentes vai organizar-se em uma formação discursiva que os localiza em seu espaço e tempo.

E se as obras literárias com suas implicações fictícias acerca da realidade circundante tornam-se fontes de caráter absolutamente prolíficas para o ofício do historiador, é porque estas carregam representações referentes ao mundo em que a obra está vinculada, seja sobre seu contexto histórico, seja sobre os atores sociais nela elencados. Refletindo sobre o fato, se faz importante destacar o entendimento de *representação*, pois o que as obras literárias carregam em si não são cartilhas de verdades arbitrárias, mas mobilizações de significação dos signos sociais.

Para Roger Chartier (1991), a História se constitui como um sistema simbólico impregnado de diversos significados que dão sentido à realidade, onde as ações dos indivíduos, ora individuais, ora coletivas, tornam-se práticas "que visam fazer reconhecer uma identidade social, a exibir uma maneira própria de ser no mundo, a significar simbolicamente um estatuto e uma posição [...]". (CHARTIER, 1991, p. 183). Assim sendo, a representação constitui-se como a imagem desta identidade, surgindo diante da leitura de

mundo de um indivíduo ou grupo social, legitimando-se no todo de suas posições identitárias.

A representação adquire um estatuto integrador das leituras de mundo no âmbito da vida social construída pelos seres humanos. As representações construídas pelos homens para dar sentido à realidade na qual estão inseridos colocam-se no lugar deste universo como a pauta da existência do indivíduo. De acordo com Pesavento (2003), representar é estar no lugar de algo ou alguém, é a personificação de um sentido ausente. Dessa forma, a representação não é a cópia perfeita e fiel do real, mas um refluxo do entendimento deste real, um reflexo, uma personificação oriunda do arranjo simbólico representado pelo campo imaginário. Por este viés, elencar a Literatura como forma discursiva no que tange a representação de um mundo, grupo ou sujeito específico torna-se válido no sentido que, enquanto fonte histórica, ela nos revela os artifícios mentais que corroboram uma ordem vigente de um sistema simbólico específico.

A Literatura oferece para o historiador detalhes da vida pública e privada de uma época, assim como os valores em voga, e o conjunto simbólico da imaginação social que vigorava em meio à vida coletiva, mesmo que fragmentado. Através de sua narrativa, podemos pensar que a Literatura difere-se da História justamente por esta construção performática e conformadora de um conjunto de imagens, sem compromisso direto com o real. No entanto, a narrativa literária também age como um elemento fundante na compreensão histórica, diferindo apenas em sua estruturação performática.

A figura do narrador estabelece, para Pesavento (2003), uma validade retórica que indica as evidências do real, construindo os argumentos e a escolha da linguagem que se pretende convincente, estejamos literária ou historicamente nos referindo. Neste caso, as construções narrativas da História elaboram-se como reconfigurações de uma dada experiência temporal. O trabalho do historiador, por este caminho, será o de reconstruir o passado dando um sentido verídico ao pacto estabelecido entre ele e o leitor. Todavia, esta construção da narrativa histórica executa-se como um ponto interpretativo, não eletivo de uma verdade absoluta. Desta forma, podemos pensar a relação existente entre a História e a Literatura como um processo dialógico possível, exigindo do historiador novas formas atitudinais frente a uma fonte tão peculiar como são os textos literários. Assim, como a Literatura, a História, na perspectiva do imaginário é uma representação.

O que se pretende neste artigo é realizar o efeito prófugo em relação às fontes literárias, tornado estas viáveis na perspectiva analítica do passado. Sendo a História e a Literatura formas de representar o vivido, e por isso, ambas produtoras de discursos, seus registros tornam-se causas-efeito de verossimilhanças, seja este real presente ou pretérito. Por esta lógica, a Literatura encontra um lugar como fonte histórica no sentido que seus discursos situam-se como representação da realidade, na mesma medida em que se situa em um tempo e um determinado lugar. Torna-se fonte na hora em que condensa um registro das possibilidades de vida em um certo período histórico, apresentando-nos as variáveis deste lugar.

Voltando-nos à Literatura, importa-nos percebê-la como fonte na medida em que ela nos valerá possibilidades de leitura sobre a temporalidade analisada, ou seja, a situação das mulheres na França oitocentista. Da mesma forma que nos interessa perceber como o autor de **Madame Bovary** representou os valores e o comportamento regular destas mulheres em sua escrita, bem como suas práticas de transgressão. Ou seja, interessa-nos o diálogo entre História e Literatura, na medida em que esta relação nos abre possibilidades ricas de análise em torno da problemática criada, levantando questões a serem discutidas sobre a vida, os valores e os anseios humanos da mulher no século XIX. A Literatura nos mostra o conjunto simbólico da realidade de forma diferenciada e repleta de significados que deve ser lido nas entrelinhas, nas estruturantes dos movimentos de sentido, nos interditos, nas fissuras diegéticas. Interessa-nos os movimentos e as ações de Ema na malha narrativa e como isso evidencia uma representação intertextual entre Literatura e História.

A transgressora de Flaubert

Publicado inicialmente em capítulos na *Revue de Paris*, editada por Maxime Du Camp, amigo de Flaubert, **Madame Bovary** teve as cenas mais explícitas que descrevem as atitudes propriamente sexuais de Ema Bovary, cortadas. O foco narrativo da obra gira em torno da relação matrimonial entre o Dr. Carlos Bovary e sua esposa Ema, bem como as intempéries oriundas desta união. Carlos, personagem caricato que traz em si aspectos latentes de figuração romântica, após perder a primeira esposa – vitimada por uma doença – casa-se novamente com a jovem e sonhadora Ema, filha de um camponês, paciente seu.

Assimetricamente às mulheres de seu tempo, ela idealiza uma felicidade não baseada na consumação do matrimônio e na vida social plena que a união civil acarretará, já que assim define-se a “ordem natural” das coisas, mas em uma fuga do espaço opressor da casa paterna. Desse modo, vê na união com Carlos, o instrumento necessário para sua inserção em outro espaço que não seja o do campo.

Após a consumação do casamento, a personagem busca em efêmeros prazeres materiais e carnisais o *locus* de sua liberdade. Esses movimentos simbólicos da transgressão ocorrem ora lendo romances sentimentais com heroínas insurgentes, ora cometendo seus próprios pecados. Entretanto, suas ações não serão gratuitas. Ao largo da narrativa, a personagem sentir-se-á culpada por seus atos.

A mediocridade doméstica arrojava-a a fantasias custosas, a ternura matrimonial a desejos adúlteros. Teria querido que Carlos a espancasse para poder com mais justiça detestá-lo, vingar-se dele. Às vezes, espantava-se das conjeturas cruéis que lhe ocorriam; e era preciso continuar a sorrir, ouvir repetir que ela era feliz, simular que o era, deixá-lo crer! Repugnava-lhe, entretanto, essa hipocrisia. Tomavam-na tentações de fugir com Léon para qualquer parte, muito longe, e experimentar uma nova vida. Mas logo se abria em sua alma um abismo vago e cheio de trevas. “Ademais, ele já não me ama”, pensava. “Que será de mim? Que socorro esperar, que consolação, que alívio?” E ficava prostrada, ofegante, inerte, soluçando baixinho, entre lágrimas (FLAUBERT, 2009, p. 110).

O que se percebe é uma tragédia anunciada pelo movimento de erosão do arquétipo feminino, legitimado na França oitocentista. Acusada, naquele então, de “ultrajar a moral pública e a religião” pela oficialidade francesa, a narrativa é hoje considerada uma das mais significativas da literatura universal. A repulsa causada à época em que foi oficialmente lançada é um importante indício da mentalidade e da conduta moral que se queria como diretiva do comportamento relativo à mulher. Ou seja, se a obra foi considerada um atentado à moral e aos bons costumes de então, devemos considerar este fato como um fator característico das ideias constituídas sobre o feminino. Desse modo, podemos tomar o livro com um apanhado de importantes representações sobre a mulher e sua figuração no social.

Dentre estas representações acerca do feminino temos a dicotomia existente entre a conduta regular e a conduta transgressora. As duas são exploradas em igual medida no livro, alternando-se ao longo da narrativa em decorrência das atitudes desviantes de Ema. A

centralidade ficcional, neste sentido, está voltada à mulher, que detém o poder de movimentar o universo em que as personagens estão inseridas. Ou seja, o triunfo ou a tragédia social depende única e exclusivamente das escolhas que Ema Bovary (o signo feminino) faz em vida. O homem, seja representado por Carlos Bovary, seu esposo, ou pelos amantes da personagem, está livre de toda e qualquer culpa e suas atitudes, diante do mundo burguês, são plenamente justificadas, pois, na configuração social e política dos oitocentos, o homem como provedor do lar e detentor da racionalidade vinculada ao mundo do trabalho, está imune às acusações de caráter moral. Isso se evidencia no seguinte excerto:

Recolhia-se às 10 horas, às vezes à meia-noite. Queria então cear, e, como a criada já estava deitada, era Ema quem o servia. Ele despiu a sobrecasaca para comer mais à vontade. Enumerava sucessivamente todas as pessoas que encontrara, as aldeias aonde fora e as receitas que dera; e, satisfeito consigo mesmo, comia o resto do guisado, cortava uma fatia de queijo, trincava uma pêra, esvaziava a garrafa e depois ia para a cama, deitava-se de costas e punha-se a risonar (FLAUBERT, 2009, p. 50).

Na imagem constituída, o homem tem de ser servido e suportado pela figura da mulher. O amparo forçado ao qual é condicionada provocava em Ema um sentimento de repulsa “por aquele peso sereno” (FLAUBERT, 2009, p. 34). A mulher exerce uma figuração oposta à do homem. Ela é a encarregada de manter este cenário naturalizado dos costumes, em que o seu papel como mãe, dona de casa e protetora da infância é o resultado do processo moralizador ao qual foi submetida. Em suma, é nela que recairá toda e qualquer culpa em relação aos males morais, culturais e sociais da sociedade oitocentista. Nesse sentido, as atitudes de Ema ao longo do livro mesclam-se em torno da conduta feminina aceitável (a virgem, a esposa, o papel social oposto ao do marido) e da conduta feminina condenável (a adúltera, a mãe que nega o filho, a transgressora da conduta universal).

Das ruas para o lar: a construção do feminino no século XIX

Quando se pensa na situação da mulher no século XIX, logo se associa esta às premissas representativas do espaço privado doméstico, sendo que os papéis definidos para esta construção do feminino referem-se à esposa, à mãe e às suas relações com o signo do

lar ideal, referência álica quanto às mulheres deste período histórico. Todavia, mesmo que este modelo de mulher aparentemente naturalizado na Europa oitocentista tenha alcançado e sido, de forma bastante veemente, o padrão feminino ideal, não houve um processo melíflu e natural totalizado em relação a esta questão. Da mesma forma, temos que ter em vista que o papel sócio moralista atribuído à mulher foi social e culturalmente construído no referido século, tomado de uma carga simbólica significativa para a manutenção da ordem vigente que se efetivava, então, laureando uma uniformização da mulher que se pretendia universal.

Neste sentido, para compreender-se o estabelecimento desta ordem sexuada de sociedade, bem como da característica binária entre o masculino e o feminino e suas atribuições arbitrárias, faz-se necessário analisar três pontos fundamentais sobre a mulher oitocentista: a construção do modelo de conduta feminino, através de seu processo moralizador; as representações da mulher que se concentrarão no seio do período em evidência e as formas de desvio encontradas por estas para burlar tal conduta, conduzindo a novos discursos médicos e religiosos para condenar as ações destas transgressoras.

A imagem da dona-de-casa, no espaço europeu do século XIX, tornar-se-á a mais difundida do período, permeada por valores e normas de comportamento que indicam uma visão burguesa de sociedade. Porém, muito embora a representação feminina de passividade e subalternidade em relação ao homem fosse percebida pelos indivíduos dos oitocentos como uma peculiaridade naturalizada, a imagem e o papel dessa mulher na sociedade europeia nem sempre se deu desta forma.

O século XIX, com suas transformações sociais, políticas, econômicas e culturais, sobretudo no campo das ideias, acaba por criar uma nova rede de sociabilidade humana, que acarretam mudanças significativas nos papéis desempenhados por homens, mulheres e crianças. Através de tessituras elaboradas para construir e manter a ordem comum, sob o prisma da moralidade e dos valores da burguesia, classe então ascendente, a imagem da feminilidade, assim como o espaço que a mulher possuirá na nova sociedade, sempre em dicotomia com o espaço masculino, irá sendo pensada e efetivada mediante as necessidades de controle e disciplina que envolve o processo de construção desta sociedade. A anuência em relação à nova ordem deu-se, no entanto, de maneira gradativa.

Como já mencionado, o espaço feminino concentrado nos confins da vida privada não se concretiza, senão no século XIX. Anteriormente, os discursos e as práticas relativas às mulheres deram-se de forma diferenciada, com uma participação mais efetiva no espaço público, bem como no que se refere à sua participação na vida política. Mães, esposas e donas-de-casa, neste sentido, embora como uma formatação já existente, não eram a regra inerente à padronização ideal, ou seja, para o entendimento deste ideal feminino oitocentista, cabe analisar a construção do mesmo.

Em fins do século XVIII, o espaço europeu, sobretudo a França, questionava a organização política que havia sido modelo inquestionável durante um longo tempo. Através das ideias iluministas, iniciou-se uma crítica profunda ao Absolutismo Monárquico, sendo atribuído a ela todas as mazelas da sociedade de então. A burguesia, classe que até então permanecia na subalternidade do cenário político, assume os propósitos da luta contra a Monarquia Absoluta, desencadeando a Revolução Francesa de 1789. Com a Revolução, um novo cenário político passa a ser constituído, assim como as implicações econômicas e culturais, que mudam de direção. A consagração da Revolução Francesa acaba por construir um caminho que vai além do espaço francês, articulando as novas posições políticas e econômicas por toda a Europa, iniciando a essência da prática capitalista que se estabelecerá com grande força após este período de insurreição. Nesse processo revolucionário, as mulheres teriam uma participação fundamental, tanto como articuladoras, como nas ações propriamente ditas. Insurreições femininas em Paris não eram incomuns. Pouco centradas ou, para melhor colocar a questão, mais ativas na vida pública, as mulheres europeias em finais do século XVIII atuavam diretamente na vida política e circulavam livremente por espaços que no próximo século seriam considerados masculinos, como bares, salões e demais espaços de discussão intelectual.

O pensamento referente ao Movimento das Luzes, além de corroborar para a efetivação da Revolução, acaba por constituir uma influência, mesmo que indireta, na valorização da autonomia dos sujeitos o que concede uma circulação menos limítrofe para as mulheres. Maria Rita Kehl (2008) aponta em seus estudos sobre a constituição da feminilidade no século XIX, que o período da Revolução interveio contra um caráter granítico da condição de ser mulher. "Incendiárias, indisciplinadas, "buchas de canhão", nas mais violentas insurreições populares, as mulheres estiveram na linha de frente das

manifestações públicas no final do século XVIII" (p. 51). Não obstante, a autora ainda nos aponta que

A participação das mulheres na Revolução Francesa tem sua origem nos ideais de emancipação feminina do Antigo Regime, fomentados indiretamente pelas ideias filosóficas do Iluminismo-cuja valorização da autonomia do sujeito, liberto dos grilhões da religião, atingia também as mulheres- e não repercutiam somente entre as francesas [...]. As ideias dos Enciclopedistas a respeito da igualdade entre os sexos eram bastante avançadas quanto ao estatuto da mulher no casamento e na família. Diante da criança, por exemplo, advogavam que pai e mãe tivessem os mesmos direitos e a mesma autoridade. (KEHL, 2008, p. 51).

Os deslocamentos ocorridos com o advento da Revolução, entre a esfera pública e privada, acabam por incitar a saída de mulheres às ruas, de modo organizado ou não, para a constituição, tal como a dos homens, de uma efetiva participação cívica e de uma desobediência civil que se fizesse produtiva no campo político. O Movimento das Luzes cria a anuência necessária para a individualização da sociedade, o que acaba dando às mulheres, enquanto sujeitos sociais e individuais, a via necessária para a participação requerida. Todavia, se no final do período setecentista francês, as mulheres deste espaço possuem certo poder em relação ao modelo revolucionário que se estabelecia, então, com a nascitura da sociedade francesa característica do período oitocentista, lendo-se a formatação burguesa desta construção, o papel e o lugar do que simboliza o feminino irá alterar-se. Ironicamente, a mesma burguesia revolucionária que concede à mulher um espaço considerável na tomada do poder, criará novos valores, padrões e condutas que irão inferir em uma denegação deste caráter atuante das mulheres, definindo assim um novo lugar para estas. O nascimento de um novo mundo europeu, com o advento extensivo do capitalismo, do liberalismo e de uma sociedade industrializada exige, em contrapartida, novas instituições simbólicas que se liguem a referida mudança, logo, como consequência deste fato, novos papéis sociais inerentes a ela.

As relações entre o público e o privado tornam-se pauta principal na teoria política pós-revolucionária. Os costumes e as leis mesclam-se, construindo assim uma essência que liga todas as esferas da relação público/privado, remodelando o cotidiano dos indivíduos, através de uma nova abordagem do tempo e do espaço, elencando uma linha tênue entre diferentes segmentos que, durante o Antigo Regime, estiveram separados fortuitamente.

Por este viés, a produção de um imaginário social que seja condizente com anseios, valores e premissas básicas da "nova burguesia", cria condições para a elaboração dos novos papéis referentes a homens e mulheres. Para tanto, fez-se necessário um emaranhado simbólico que reconduzisse estes sujeitos para as funções que lhe eram previstas. Dessa forma, a família nuclear, instituição máxima da existência burguesa no século XIX, será o ponto de partida para a edificação do propósito de alteridade entre o masculino e o feminino neste período.

Michelle Perrot (1995), ao analisar o triunfo da família no seio da vida privada burguesa oitocentista, através das problemáticas de sua definição no entrelaçamento total da nova sociedade, observa que:

A definição das relações entre o Estado e a sociedade civil, entre o coletivo e o individual, passa a ser o principal problema. Enquanto o *laissez faire*, o ideal da "mão invisível", predomina num pensamento econômico estagnado, vivendo das glórias adquiridas no século XVIII, o pensamento político mostra uma preocupação em delimitar as fronteiras e organizar os "interesses privados". O mais novo deles é, sem dúvida, a importância conferida à família, como célula de base. O doméstico constitui uma instância reguladora fundamental e desempenha o papel do deus oculto. (PERROT, 1995, p. 93).

A família, "célula-base" da sociedade, passa a ser o centro da organização e da manutenção de uma nova ordem, pretendida como natural. A ordem natural em questão viria a refletir os valores da burguesia, através de uma disciplina que legitimasse a moral burguesa que se pretendia universal. Desta forma, o indivíduo estando subordinado à família, estaria igualmente vinculado à sociedade civil. A família tornar-se-ia a afirmação simbólica da visão burguesa de mundo, definindo o lugar de cada um, ou seja, de homens, mulheres e crianças, onde a "divisão sexual dos papéis se baseia em seus caracteres naturais, segundo uma oposição entre passivo e ativo, interior e exterior, que governa todo o século". (PERROT, 1995, p. 94). Esta governabilidade burguesa efetiva-se na família para distribuir os papéis que atravessam o espaço privado, garantindo também a arquitetura cultural da sociedade moderna.

Nesta elaboração, a mulher torna-se o centro da casa, sendo "domesticada" e moldando-se como signo da passividade na sua relação com o sexo oposto, e isso se evidencia na trajetória de Ema, com uma certa ironia:

Ao luar, no jardim, recitava em rimas apaixonadas tudo que sabia de cor e cantava-lhe suspirando adágios melancólicos; mas, depois, sentia-se tão tranqüila como dantes e Carlos já não lhe parecia mais amoroso nem agitado. Depois de ter assim batido com o fuzil no coração sem lhe arrancar uma faísca, incapaz afinal de compreender o que não sentia, como de acreditar em tudo que não se manifestasse sob formas convencionais, persuadia-se sem dificuldade de que a paixão de Carlos já nada tinha de excessiva. Suas expansões haviam-se tornado regulares; beijava-a em horas certas. Era um hábito como os outros e como que uma sobremesa prevista com antecipação, após a monotonia do jantar (FLAUBERT, 2009, p. 89).

No excerto, o tom irônico e a crítica voraz à estética literária que antecedeu o Realismo: a romântica. Nas entrelinhas, a esterilização dos desejos ardentes que movem os amantes e a angústia de a realidade não oferecer outra via, salvo aquela prevista na convencionalidade fatal do cotidiano. As transgressões de Ema sistematizam uma resistência orgânica a esse mecanismo anulador do sujeito feminino do século XIX, são, em verdade, um intento de romper o silenciamento oficial oferecido ao feminino à época.

De sua atuação nas ruas e circulação nos espaços públicos, as mulheres são enclausuradas no ambiente doméstico, redefinindo-se a si mesmas na sagração do lar. É neste momento que os papéis masculino e feminino definem-se, sobretudo no espaço francês, pioneiro nesta nova campanha, onde

O pensamento francês sobre a família se apresenta particularmente rico no século XIX, devido aos agudos problemas ligados à reconstrução política, jurídica e social pós-revolucionária. Os grandes pólos de reflexão são três: as fronteiras entre o público e o privado, e a ideia de esferas; o conteúdo da sociedade civil; os papéis masculino e feminino. (PERROT, 1995, p. 95).

Nesta nova abordagem do conteúdo civil e político, ideário da reconstrução pós-revolucionária, são tecidas as amarras de um comportamento regular burguês, onde as implicações moralistas mais veementes serão destinadas às mulheres. Discursos religiosos, médicos e sociais conduzirão a mulher para o recrutamento do privado, criando representações sociais sobre sua verdadeira função na sociedade. No âmago desta questão, o casamento tornar-se-á a forma simbólica mais evidente no processo disciplinador das mulheres, bem como o advento do amor materno, ambos elencados dentro do entendimento da função inerente à família. Por este caminho, podemos observar as relações estabelecidas no tocante à construção do feminino, e as representações da natureza feminina. No século

XIX, ser esposa e mãe tornou-se o "destino lacrado" de toda e qualquer mulher, bem como a submissão total ao homem, premissa básica sobre os discursos da natureza inferior na qual as mulheres serão condenadas.

A suposta inexistência da razão e intelectualidade femininas conferia-lhes um estatuto que as subordinava ao comando masculino. Visto que, as formas da condição feminina no período oitocentista construía-se em alteridade à condição masculina, a característica binária referente a homens e mulheres constitui o elemento fundante das prerrogativas culturais de uma sociedade sexuada. O homem, ser dotado de razão, e, por isso, chefe absoluto da casa e detentor dos meios de trabalho, ganhando para si as honras do espaço público, se opõe à mulher, "naturalmente inferior" e mais frágil que seu parceiro, destinada aos confins da vida privada, cuidando da casa e da educação dos filhos.

A representação da dona-do-lar, mãe e esposa, interliga-se à moralidade vigente da época. Elizabeth Badinter (1985), em seu estudo sobre a construção mítica referente ao amor materno, mostra a elaboração deste papel atribuído a mulher. Questionando o sentimento inato da maternidade, a autora nos oferece subsídios para pensar e refletir sobre a disciplina doméstica relativa às mulheres no século XIX. Compreendendo que o papel de mãe ganha proporções significativas neste período, vale à pena elencar este no processo arquitetônico da feminilidade. A autora menciona ao longo de seu estudo que o amor materno feminino, como o concebemos até nossos dias, considerado inato desde as mais remotas sociedades humanas, não é se não um discurso e uma representação do papel da mulher construído no século em evidência neste trabalho.

Ema Bovary, quando se vê enclausurada pelos signos edificantes da burguesia francesa, transcende sua condição materno-existencial:

A luz esbranquiçada das vidraças ia-se apagando gradativamente. Parecia que os objetos, em seus lugares, haviam-se tornado mais imóveis e se perdiam na sombra como num oceano tenebroso. O fogão estava apagado, o relógio trabalhava sempre, e Ema admirava-se vagamente dessa calma das coisas, enquanto nela havia tanta agitação. Mas já estava entre a janela e a mesa de costura a pequena Berta, cabeceando sobre os sapatinhos de tricô, e tentando aproximar-se da mãe para agarrar-lhe, por detrás, as fitas do avental.

— Deixa-me! — disse esta, afastando-a com a mão. A menina insistiu, mais perto ainda, contra seus joelhos; e, apoiando neles os braços, erguia para a moça seus belos olhos azuis, enquanto um fio de saliva lhe corria da boca sobre a seda do avental.

— Deixa-me! — repetiu Ema, irritada. A expressão de seu rosto assustou a

criança, que se pôs a chorar
— Ora, deixa-me — fez a moça, afastando-a com o cotovelo. Berta foi cair ao pé da cômoda, contra a quina de cobre, ferindo o rosto e fazendo sangue. (FLAUBERT, 2009, p. 170).

Para a instauração e legitimação deste papel, a motivação mítica da maternidade fez-se primordial. Basta pensarmos que o amor materno tal qual a concepção desta "vocação natural" representa, é fruto do próprio sentido de amor burguês, também produto de seu tempo. O papel da mãe na sociedade oitocentista resumirá o que se espera da mulher como um todo, sobretudo no ambiente privado. Elencar o amor da mãe como natural, foi uma estratégia no processo disciplinador da mulher, pois como menciona Badinter, "qualquer pessoa que não a mãe (o pai, a ama, etc.) pode "maternar" uma criança". Segundo a autora, não é só o amor que leva a mulher a cumprir seus "deveres maternais". A moral, os valores sociais, ou religiosos, podem ser incitadores tão poderosos quanto o desejo da mãe". (BADINTER, 1985, p. 17). Ou seja, foi através de um contexto cultural específico que este amor se produziu.

O engendramento mítico em torno da constituição do feminino define-se como a consagração da diferença simbólica entre os sexos, onde “de um lado o mito representa, formula, efetua a dissolução impossível dos contrários e resolve a intransponível distância que separa os dois sexos. De outro, instala no coração de sua narrativa o trabalho indelével da diferença”. (CHARTIER, 1995, p.38). Isso significa a inferência ao amor materno no século XIX está ligada ao lugar social destinado às mulheres, onde a naturalidade referente ao amor materno executa a diferença prática entre homens e mulheres, legitimando a carga simbólica da fragilidade e da submissão feminina, através dos valores tácitos da burguesia. E se este papel atribuído à mulher que se insere no *locus* dicotômico masculino/feminino, também ele se constitui no novo papel atribuído às crianças. A personificação da infância pós-revolucionária será carregada de um significado cultural que definirá não só o papel das crianças nos oitocentos, mas também de homens e mulheres.

Em suma, através de discursos, práticas e a composição de um imaginário social referente aos papéis e as condutas de homens, mulheres e crianças, o século XIX europeu, sobretudo as ideias provenientes da França pós-revolucionária, configurará lugares para cada indivíduo, na vida privada e fora dela. E certamente, exclusões sociais e históricas,

bem como a onipresença da culpa acompanharam aqueles que tentaram fugir de “seus destinos”, como Emma Bovary.

À guisa de considerações finais:

A França oitocentista de Madame Bovary apresenta ao leitor os conflitos contidos em um cenário em transformação cujos papéis dos sujeitos estão circunscritos à tramas e angústias presentes em uma organização social que buscava estabelecer condutas e normas para um ordenamento burguês. A obra aponta justamente as inquietudes inerentes de seu personagem, que aspira e deseja mais do que é estabelecido para o papel feminino à época. A personagem principal, Emma Bovary, deseja ademais da satisfação material, os prazeres contidos na “relação carnal”, idealiza o amor – em contrassenso romântico – e busca pelo que é proibido, principalmente, às mulheres, de acordo com a moralidade daquele código imaginário.

Os pensamentos de Emma em relação ao seu casamento e a figura de seu marido são percebidos como um movimento de hostilidade ético-estética. Ao burlar as regras e correr riscos, expondo a (in)perfeição do lar e da vida matrimonial, principalmente através de suas relações extraconjugais, a protagonista permite ao leitor o acesso aos descontentamentos e sensibilidades de uma época, em que certamente em sua constituição social se faziam presentes.

A ficção remete-nos a um tempo pretérito, possibilitando o acesso ao imaginário que comporta valores, crenças, regras e concepções de uma determinada sociedade, sendo assim auxilia na elaboração de reflexões acerca de cenários históricos e seus agentes sociais. Por esta perspectiva, este estudo possibilita pensarmos sobre diferentes aspectos da sociedade que se fortalecia na França oitocentista, mas, principalmente, permite trazer à tona aspectos históricos relevantes sobre os papéis estabelecidos aos personagens, suas limitações e suas fronteiras dentro do campo social, no caso, deste estudo, destaca-se a partir de Ema, a participação da mulher como uma protagonista transgressora.

A Literatura e a História mostram que ao longo dos processos sociais constituídos muitas *Emma* estiveram presentes burlando ordens estabelecidas, reinventando formas e caminhos de dar sentido próprio a sua existência. Pensar sobre a personagem e suas

diferentes faces, é, acima de tudo, um exercício de pensar a possibilidade do elo entre literatura e história e na relação profícua para refletir sobre agentes sociais e suas sensibilidades em meio ao enleio social em que muitos personagens buscaram distanciar-se das hegemonias estabelecidas como verdades e condutas sociais. A transgressão e o rompimento de barreiras morais e comportamentais é a forma de se mostrar humano e dar sentido para própria vida. Reside, aí, a importância da relação entre a literatura e a história, a relevância do diálogo como forma de atingir, se não plena, mais ampla, a humanidade de diferentes agentes sociais.

Referências

- BACZKO, Bronislaw. 1985. “A imaginação social.” In: Leach, Edmund et Alii. *Anthropos-Homem*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda.
- BADINTER, Elizabeth. 1985. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira.
- CHARTIER, Roger. 1993. “História e Literatura.” In: *Topoi*, Rio de Janeiro, nº 1, p. 197-216.
- CHARTIER, Roger. 2002. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel.
- FLAUBERT, Gustave. 2009. *Madame Bovary*. (Tradução de Ilana Heineberg) Porto Alegre: L&PM.
- KEHL, Maria Rita. 1998. *Deslocamentos do feminino: a mulher freudiana na passagem para a modernidade*. Rio de Janeiro: Imago.
- PERROT, Michelle. 1995. *História da vida privada*. São Paulo: Cia das Letras.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. 2006. “História e Literatura: uma *velha nova história*”. In: *Revista Nuevos Mundos*.
- SCOTTI, Sergio. 2002. “A histeria em Freud e Flaubert”. *Estudos de Psicologia*, v. 7, n. 2, p. 333-341.

Artículo recibido: 6 de enero de 2016

Artículo aprobado: mayo de 2016

Publicado: julio 2016.